

Conflitos escolares e seus registros: juventudes, violências e dinâmicas educativas a partir da leitura do “Livro de Ocorrências” de uma escola da rede pública (RJ)¹

School conflicts and their records: youth, violence and educational dynamics based on reading the “Livro de Ocorrências” of a public school (RJ)

Conflictos escolares y sus registros: juventud, violencia y dinámicas educativas a partir de la lectura del “Livro de Ocorrências” de una escuela pública (RJ)

Marcos Verissimo²
Universidade Federal Fluminense

Submissão: 30/05/2023
Aceite: 21/12/2023

Resumo

Este trabalho tem como objetivo aportar elementos para os estudos sobre a múltipla natureza dos conflitos que ocorrem em escolas do ensino básico no contexto da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. Que tipos de conflitos mais aparecem? Com que tipo de frequência costumam ocorrer? Que tipo de tratamento costumam receber por parte das administrações escolares? Que tipo de efeitos resultam de tais modalidades de tratamento? Em que medida os resultados aí obtidos podem ser colocados em comparação com outros contextos? Esta pesquisa está vinculada ao programa de estudos do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense. A metodologia consistiu no estabelecimento de um esboço de tipologia dos conflitos a partir da leitura sistemática dos registros dos conflitos no “Livro de Ocorrências” de uma escola pública na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados apontam, de uma lado, para a presença de uma consistente crise nos modelos de autoridade pedagógica tal qual conhecemos no Brasil, e de outro lado para a enorme dificuldade encontrada pelos educadores para lidar com tal situação.

Palavras-chave

Escola – Conflitos – Registros – Juventudes – Socialização.

Abstract

This work aims to provide elements for studies about the multiple nature of conflicts that occur in basic education schools in the context of the public education network in Rio de Janeiro. What types of conflicts appear most often? How often do they usually occur? What type of treatment do they usually receive from school administrations? What types of effects result from such treatment modalities? To what extent can the results obtained there be compared with other contexts? This research is linked to the study program of the Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), at the Universidade Federal Fluminense. The methodology consisted of establishing a experimental typology of conflicts based on the systematic reading of conflict records in the “Occurrence Book” of a public school in the metropolitan region of Rio de Janeiro. The results point, on the one hand, to the presence of a consistent crisis in the models of pedagogical authority as we know it in Brazil, and on the other hand, to the enormous difficulty faced by educators in dealing with such a situation.

Keywords

School – Conflicts – Notes – Youth – Socialization

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo proporcionar elementos para estudios sobre la naturaleza múltiple de los conflictos que ocurren en las escuelas de educación básica en el contexto de la red de educación pública en Río de Janeiro. ¿Qué tipos de conflictos aparecen ahí destacados? ¿Con qué frecuencia suelen ocurrir? ¿Qué tipo de trato suelen recibir por parte de las administraciones escolares? ¿Qué tipos de efectos resultan de tales modalidades de tratamiento? ¿En qué medida se pueden comparar los resultados obtenidos allí con otros contextos? Esta investigación está vinculada al programa de estudios del Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), de la Universidade Federal Fluminense. La metodología consistió en establecer un esbozo de tipología de conflictos a partir de la lectura sistemática de registros de los conflictos en el “Libro de Ocurrências” de una escuela pública del conurbano de Rio de Janeiro. Los resultados apuntan, por un lado, a la presencia de una crisis constante en los modelos de autoridad pedagógica tal como los conocemos en Brasil y, por otro lado, a la enorme dificultad encontrada por los educadores para enfrentar tal situación.

Palabras clave

Escuela – Conflictos – Expedientes – Juventud – Socialización.

Sumário

Introdução. Questões Metodológicas. Pequeno esboço de inventário dos conflitos escolares. Administração escolar e conflitualidades. Ocorrências relativas ao entorno escolar e envolvendo outras instituições. Considerações finais.

Introdução

No dia 18 de agosto de 2015, foi registrado no “Livro de Ocorrências” de uma escola pública da rede estadual de ensino localizada na região metropolitana do Rio de

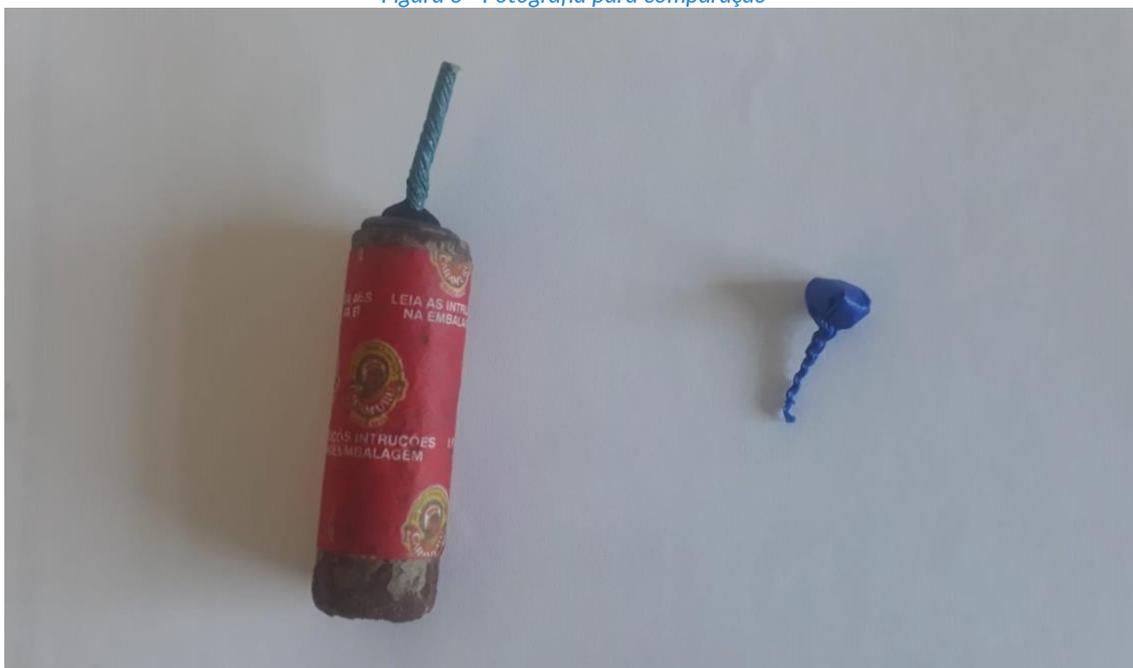
Janeiro um mal-estar provocado pelo estampido de um estalinho dentro de uma sala de aula. Consiste o *estalinho* em um artefato feito com papel fino, pólvora e areia, produzido para brincadeiras infantis. Uma pequena quantidade de pólvora é envolvida por areia, e ambas ficam embrulhadas no papel, enrolado nas pontas de modo a permanecer bastante apertado, tensionando a pólvora e a areia ao máximo. Ao ser arremessado no chão, ou contra algo de superfície dura e consistente, a compressão abrupta entre pólvora e areia, causada pelo choque, enseja uma pequena explosão, e conseqüentemente, um estalido agudo, característico. Principalmente em festas juninas que ocorrem todos os anos em todo o Brasil, não é incomum que crianças pequenas sejam presenteadas com caixas de *estalinhos* para brincarem, causando muito barulho e nenhum risco de que alguém venha se machucar. Alguns, inclusive, os detonam com petelecos. Em suma, estalinhos são brinquedos relativamente inócuos.

Sendo assim, o que teria feito com que seu uso por estudantes da referida escola causasse tanto transtorno naquele dia, a ponto de que o fato tenha sido formalmente registrado pela direção da escola? Segundo o que se pode depreender a partir da leitura deste registro, não foi por seu barulho ter perturbado as atividades docentes. Como pôde ser verificado, também não constam evidências de que tenha trazido qualquer periculosidade para os envolvidos. Mas ocorre que, quatro dias antes, no dia 14 de agosto de 2015, foi registrada no “Livro de Ocorrências” outra confusão, de dimensões relativamente maiores, envolvendo outro tipo de explosivo, conhecido como *cabeção-de-nego*, este com real potencial de destruição. Em formato cilíndrico e feito com uma expressiva quantidade de pólvora, pressionada e envolvida com papel grosso, plástico, ou capsula de barro (como o da foto abaixo), e cuja detonação deve ser acionada com fogo, por meio de pavio, o *cabeção-de-nego* é perigoso e não aconselhável para brincadeiras (sejam infantis ou adultas). As pessoas podem sofrer queimaduras, lesões nos tímpanos por causa do barulho da explosão, lesões na vista e na pele, ou até ser seriamente atingidas por estilhaços.

Segundo a narrativa dos acontecimentos contida no registro do incidente com o *cabeção-de-nego*, oito estudantes – cujos nomes aparecem ali anotados, e que assinam a nota – teriam “presenciado alunos soltando bomba dentro do banheiro”, e alegaram que “não tiveram participação no fato”. Aparentemente, não foram pressionados pela direção da escola a delatar os supostos autores da ação, mas o

pequeno *atentado* causou perplexidade e apreensão na escola. Tanto é assim que o incidente com o estalinho, dias depois, que por si não atrairia maiores atenções de quem quer que fosse, se configurou como motivo para a abertura de um novo item no “Livro de Ocorrências”, dando a entender, a princípio, que a preocupação causada pelo atentado juvenil com explosivo em grande parte das pessoas ainda não havia sido bem administrada. Pelo que podemos depreender da leitura dos registros, os possíveis responsáveis pelo incidente não haviam sido chamados para dar explicações. Ao menos não há registro formal desta ação. Não é de se admirar, portanto, que a comunidade escolar estivesse demasiadamente sensível a estampidos naquele mês de agosto do ano de 2015, mesmo que aparentemente inócuos, como o provocado por um estalinho.

Figura 6 - Fotografia para comparação



À esquerda o *cabeção-de-nego*, à direita e *estalinho*. Foto do Autor.

A partir deste ponto do texto, para facilitar a fluidez da leitura, irei me referir a esta importante peça da burocracia escolar a qual se costuma denominar “Livro de Ocorrências”, apenas como *Livro* (sem aspas, em itálico, e iniciando com letra maiúscula). O *Livro* é um documento da administração escolar de uso generalizado na rede pública de ensino do Rio de Janeiro. É seguro supor que tais formas de registro, em *Livro*, daquilo que foge à rotina escolar, ocorram de maneira muito parecida em outros contextos no Brasil e na América Latina. Nesta escola em questão, trata-se de uma brochura de capa preta e folhas pautadas, utilizado basicamente para registrar, escrevendo-se ali à caneta, os conflitos que ocorrem na unidade escolar, ou mesmo em seu entorno (físico

e virtual), ou ainda os fatos considerados dignos de nota do ponto de vista de quem tem o atributo de nele escrever. No específico contexto em análise, essas pessoas são, exclusivamente, as diretoras da escola.

Mesmo em situações nas quais inspetores(as) de pátio ou coordenadores(as) pedagógicos(as) protagonizam os processos de administração dos conflitos escolares, o ato de pôr ali a caligrafia para relatar algo, e assinar depois, geralmente fica restrito a membros da direção da escola. Assinaturas dos envolvidos nos conflitos também são firmadas em suas páginas, sacramentando-se ali, dessa forma, compromissos. Questões administrativas e financeiras da unidade escolar, por exemplo, registradas em outras brochuras, não aparecem neste que é costumeiramente chamado de o livro das “ocorrências”. Ocorrências aí são, em geral, as confusões e os conflitos tidos como dignos de nota.

Realizar uma leitura atenta, linear e sistemática do que é descrito ao longo do *Livro*, propicia, já em primeiro plano, a produção de uma lista de conteúdos para estudos empíricos sobre a natureza múltipla dos conflitos escolares. Mas não só. Mais interessante ainda parece ser a tentativa de buscar, na leitura, compreender o ponto de vista da administração da escola através daquilo que escreve, e como escreve, e por que inscreve, no livro de registro dos conflitos escolares. Em grande medida, tal proposta corresponde a observar o exercício do poder de definir, em uma instituição pedagógica e normativa como é o caso da escola, aquilo que deve ou não ser qualificado como conflito, ou melhor, “ocorrência”, bem como à forma e a urgência conferida a seus respectivos tratamentos.

Conforme nos ensina a antropóloga Adriana Vianna, “(...) *se algo ficou registrado é porque, em processos de múltiplas exibições e observações, falas e escutas, resultou ser importante o bastante para ali estar*” (VIANNA: 2014, 53). Por outro lado, em um movimento de retroalimentação, esta importância é, em grande parte, construída no exercício prático da administração escolar, remontando ao que é costumeiro naquele contexto. Além disso, o que se acostuma a relatar e registrar, e a reconhecer ou não como digno de ser registrado, produzido enquanto memória, formará, muito provavelmente, as bases para futuras decisões, que por sua vez serão tomadas por futuros administradores escolares.

Este trabalho se inscreve ainda nos quadros dos estudos que tenho tido a oportunidade de desenvolver, nos últimos anos, acerca dos conflitos escolares, fazendo isso a partir de minha posição no campo como professor do ensino médio na rede pública do estado do Rio de Janeiro. Além disso, como pesquisador vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, da Universidade Federal Fluminense (INCT-InEAC/UFF), tenho tido a oportunidade de compartilhar grande parte dos resultados deste programa de pesquisa em periódicos e coletâneas (VERISSIMO: 2016; 2018; 2019; 2021; 2022).

Após obter autorização da diretora da escola para a realização deste levantamento sobre os conflitos escolares a partir dos registros no *Livro*, procedi a uma leitura metodicamente orientada do mesmo, cobrindo um período de dois anos e nove meses em anotações. Para isso, após a carga horária em sala de aula, fiquei alguns dias mais tempo na escola com o intuito de realizar este trabalho de leitura, anotações e classificações, no lugar onde o *Livro* deve permanecer, que é a sala da direção da escola.

Questões Metodológicas

O recorte das anotações apreciadas no presente trabalho vai do dia 19 de junho de 2014 ao dia 17 de março de 2017. Ao todo, somam 69 anotações distintas, ou itens (como se optou aqui por trata-los), começando com uma data e contendo em seguida uma descrição. Se fossemos contar o tempo corrido neste período, daria em média pouco mais de dois eventos tidos como dignos de nota no *Livro* por semana. Considerando-se, porém, que a semana letiva tem cinco dias, menos ainda quando há feriados, e que as férias e recessos escolares, no Brasil, ocupam cerca de dois meses no ano, temos uma noção mais precisa do quão são frequentes os ocorridos que vão se consolidar como anotações no *Livro*. Há cursos de ação que são mais frequentemente ali documentados, outros menos, e certamente há uma quantidade considerável de coisas que acontecem, eventualmente se configuram como problemas, mas não ganham a condição de notas no *Livro*.

Para cada anotação aberta no livro que eu lia, preparava um resumo em meu caderno de campo, onde procurava descrever sucintamente o ocorrido, bem como tentar definir sua natureza. Isso em cada um dos 69 casos consignados ao longo do período em questão. Anotava também se havia ou não algum indício de

encaminhamento para administração institucional dos problemas por parte da escola. Quando achava necessário, transcrevia trechos das anotações, alguns dos quais figurarão neste trabalho. Este levantamento me permitiu estabelecer um esboço de tipologia, que resultou em 32 tipos. Em razão da natureza plural dos eventos conflituosos que ganhavam relevo para a administração escolar, após o esforço generalizador e classificatório que resultou em um número definido de tipos de conflitos observados (32) a quantidade de aplicação das tipificações que tal leitura sistemática permitiu realizar (88) foi maior do que a quantidade de anotações realizadas pelas diretoras no livro dentro do período compreendido (69). Ou seja, cada item, cada anotação, poderia ter mais de uma classificação, de acordo com o conflito que estava (ou os conflitos que estavam, e este é o ponto) na sua origem.

Tentarei explicar melhor este caráter múltiplo em algumas anotações (ou itens) por meio de um exemplo retirado do *Livro*. No dia 29 de setembro de 2016, uma anotação no livro teve origem após um estudante do terceiro ano do ensino médio ir à direção para formalizar uma reclamação contra o professor da disciplina *Educação Física*. Após as primeiras apurações, e também após o referido professor ter sido ouvido, foi produzida uma anotação, que aqui reproduzo em sua integridade, conforme segue abaixo:

“O aluno (...), da turma 3005, veio à sala da direção informar que foi impedido de realizar a aula prática de Educação Física por estar portando uma corrente com um cadeado no braço. O professor acompanhou a conversa e explicou o risco iminente de lesão ao próprio aluno, bem como em seus colegas. O aluno explicou que esta corrente refere-se a sua religião e que em momento algum o cadeado pode ser aberto. A partir desse relato a diretora chegou a um consenso com o professor e o aluno, sugerindo o uso de uma munhequeira a fim de amortecer o acidente, caso aconteça. A diretora ainda ressaltou a importância da responsável do aluno tomar ciência e sugeriu uma declaração de próprio punho da mesma, já que o objeto é pontiagudo. A diretora ligou [telefonou] para a mãe do aluno, explicou o fato ocorrido e solicitou a presença da mesma na escola” (Anotação no Livro de Ocorrências, 29/09/16)

Esta nota, que de maneira sucinta e clara oferece uma descrição do conflito e de seu processo de resolução por parte da diretora, é um destes casos que sugerem pluralidade em termos da natureza dos conflitos que originam o ato administrativo de inscrição dos eventos no *Livro*. Uma anotação que, por exemplo, suscitou duas tipificações no âmbito deste trabalho. Uma delas foi “Desacordo com o Uniforme”, uma

vez que a recusa do professor em deixa-lo participar da aula está fundamentada em regramento escrito na normativa que regulamenta o uso de trajés e adereços nas atividades escolares, em especial, as da disciplina de *Educação Física*. Além de figurar neste caso, o tipo “Desacordo com o Uniforme” aparece em mais uma anotação ao longo de todo o período que este estudo cobre.

Por outro lado, é correto fazer alusão neste caso, também, a “Questão de Ordem Religiosa”, uma vez que o estudante justifica seu pedido de tratamento diferenciado alegando que a conformidade com as regras de uso do uniforme violaria, por outro lado, parte da ritualística de suas crenças. É a única vez em que aparece esta tipificação em toda a série de 69 anotações. Assim, no processo classificatório de tipificação daquilo que aparece nos registros, “Desacordo com o Uniforme” e “Questão de Ordem Religiosa” são nomenclaturas resultantes do esforço de generalização feito a partir dos resumos e das transcrições extraídas do *Livro*.

Portanto, tal tipologia é declaradamente artesanal, até mesmo rudimentar, mas os termos foram cuidadosamente pensados para expressar com precisão o que o processo de pesquisa descortinava. No caso relatado acima, após a argumentação do estudante para não abrir o cadeado e soltar a corrente, seu declarado pertencimento religioso ganha centralidade. Nos últimos anos, até por conta do necessário trabalho de ativistas no sentido de tirar os casos de intolerância religiosa nas escolas da situação de invisibilidade, este tema se tornou, por assim dizer, um *campo minado* para a administração escolar. Certamente por isso, jamais uma dinâmica conflitiva assim configurada deixaria de ser inscrita no *Livro*. O administrador(a) escolar atento(a), ciente de tais sensibilidades, não poderia deixar (como de fato, neste caso, não se deixou) de notificar os responsáveis legais do estudante do acordo ali firmado, e de chamá-lo a comparecer à unidade escolar.

No final da década dos 2000 surgiu no Rio de Janeiro a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), criada por afroreligiosos, que se uniram para reagir aos fatos noticiados pelo jornal Extra, que denunciava que traficantes do morro do Dendê, na Ilha do Governador, estariam proibindo adeptos de realizarem seus cultos e circularem pela favela com colares rituais (fios de conta) e estenderem roupas brancas em varais. (MIRANDA; CORRÊA; ALMEIDA: 2022, p. 179)

Contudo, para efeito da produção da tipologia que aqui pretende pôr de pé os quadros de análise, seria demasiadamente forçoso utilizar o conceito (corrente na

literatura) de “Intolerância Religiosa” como origem do conflito em tela. Daí surgiu a ideia de nomeá-lo como “Questão de Ordem Religiosa”, uma vez que, a partir da leitura da anotação (e as anotações, como vimos, são as bases para as tipificações) não se pode perceber que houve intolerância por parte da diretora, tão pouco do professor. Este é um caso cuja leitura do *Livro* permite concluir que o conflito foi tratado e resolvido a contento pela administração escolar.

Uma vez produzida esta grade classificatória a partir dos 32 tipos encontrados, podemos aí visualizar, em termos numéricos, com alguma precisão, os que são mais e os que são menos recorrentemente anotados no período, bem como parte daquilo que foi declarado como tendo sido feito no sentido de levar a termo sua administração. Já a forma como determinadas coisas são ou deixam de ser escritas – ou seja, de ser ou não inscritas nos anais oficiais da escola, observáveis a partir de uma mirada atenta aos resumos e transcrições das anotações do *Livro* – nos enseja uma apreensão mais qualitativa dos processos conflituos e da emergência dos problemas sociais (LENOIR: 1998) no ambiente escolar.

O fato de o autor da pesquisa, aquele que realiza a leitura desse documento que é o *Livro*, ser também professor da referida escola, permitiu, neste caso, que rememorasse no processo de investigação alguns conflitos que presenciou, ou mesmo que era parte, aportando elementos adicionais para a análise qualitativa daquilo que aparecia como registro. Inclusive, em trabalho anterior (VERISSIMO: 2022), tive a oportunidade de descrever em seus pormenores, com base na mesma leitura que embasa o presente trabalho, um caso classificado como “Policial de serviço na escola agride estudante”. A agressão em questão de deu por meio de um tapa no rosto. O caso é tão incomum, mesmo em contexto de relativa naturalização de violências e arbitrariedades, que suscitou uma classificação bastante particular, destacando-se, inclusive, do item “Agressão Física”. Foi difícil chegar a esta nomenclatura, que acabou ficando parecida com uma manchete sensacionalista. Na época do ocorrido, ainda no calor dos acontecimentos, por assim dizer, tive a oportunidade de conversar sobre este complicadíssimo conflito com uma das diretoras da escola, e também com o próprio estudante que fora agredido.

Procurei ter ainda o cuidado de, sempre que possível, no momento de elaborar a denominação das categorias da grade classificatória, me afastar da nomenclatura dos

tipos jurídicos, penais, e do vocabulário jornalístico e denunciata tão ao feitiço das interações via redes sociais. Assim o fiz com o intuito de evitar possíveis contaminações semânticas que podem implicar em imprecisões em nossos quadros de análise. A intenção aqui não é fazer denúncias, que por outro lado são cabidas no campo político de ação. Por isso, assim como entendi que era mais apropriado definir a questão complexa do cadeado preso ao braço do estudante na aula de educação física como “Questão de Ordem Religiosa”, em outro delicado caso que aparece no *Livro*, a leitura atenta da anotação sugere denomina-lo como “Toques incômodos e inadequados de professor em aluna” ao invés de empregar uma espécie de “recorta-e-cola” da categoria jurídica e jornalística “assédio sexual”.

Não se quer com isso, de modo algum, diminuir a gravidade de determinados cursos de ação que ocorrem na escola, e sim apenas construir nossos quadros de análise sobre o terreno sólido daquilo que tive acesso estritamente a partir da leitura do *Livro*, respeitando assim a proposta metodológica do presente trabalho. Ou, para dizer de outro modo, a denúncia das injustiças e arbitrariedades, necessária no campo político e ativista, certamente um elemento fundamental para o enfrentamento de situações injustas e degradantes, deve ser aqui, em um trabalho acadêmico como este, algo a ser analisado, e não a base conceitual da análise.

Pequeno esboço de inventário dos conflitos escolares

O tipo de conflito que mais originou anotações no *Livro* no referido período foi o que reúne cursos de ação enquadráveis como “Conflito Professor x Estudante”, com 14 dos 69 registros a ele associados (em torno de 20 por cento dos casos). Em seguida, também em destaque, temos os casos de confusões que derivaram de “Estudantes deliberadamente ausentes da aula”, contendo 7 registros (pouco mais de 10 por cento). No Brasil, em geral, denomina-se como “matar aula” essa prática. Logo atrás, com 6 anotações, figuram as atitudes classificadas como “Mau comportamento nas aulas”, e com 5 anotações temos os casos classificados como “Agressão física”. Em seguida, três tipos de registro figuram com 4 anotações cada. São os seguintes: os “Atentados Escolares”, as “Depredações”, e “Registro de conversa com responsáveis decorrente de ida espontânea dos mesmos à escola”.

Comparados com os outros, estes tipos enunciados acima foram os que mais apareceram nestes trinta e três meses de registros no *Livro*. Somados, constituem 38 tipificações, ou seja, ao menos um deles está presente em mais da metade dos registros. Sendo que a anotação que lidera o *ranking* tem o dobro numérico da segunda. Com base nisso, podemos afirmar que é o principal problema escolar no período em destaque. Conflitos declarados entre professores e estudantes desafiam as antigas formas de autoridade (e autoritarismos) professorais, e, na medida em que vão se configurar em anotações no *Livro*, expressam um mal-estar típico dos tempos correntes no ambiente escolar (MAIA: 2019; VERISSIMO: 2019; VINHA; NUNES: 2020), uma vez que antigas formas de imposição de autoridade não são mais tão facilmente assimiladas como foram por vários anos. Lendo este dado em articulação com as anotações dos cadernos de campo no período coberto pela amostragem, e também com as memórias do etnógrafo, não é, em absoluto, de se admirar que o tipo denominado “Conflito Professor x Estudante” figure como uma espécie de destaque estatístico.

Os registros dos alunos “matando aulas” são exclusivamente resultado do trabalho do Inspetor (profissional também chamado de Coordenador de Turno). Uma vez que os portões da escola ficam trancados durante o horário das aulas, de modo que os estudantes que evitam frequentar as aulas o fazem nos pátios e corredores (o que em alguma medida é tolerado), eventualmente, quando agem por meio de comportamentos inadequados (como fazer barulho, atrapalhar as aulas ou soarem desrespeitosos de alguma maneira), são controlados e punidos com o registro de sua ausência da aula no *Livro*. Uma vez que isso aconteça, o procedimento tornado padrão é que seus responsáveis sejam convocados para tomar ciência das ações e omissões do estudante em questão. Portanto, podemos notar que o registro funciona aí não apenas em sua dimensão cartorial, como anotação do fato, mas também como estratégia da administração escolar e prática pedagógica, no sentido de ajustar o comportamento de estudantes cujas ações eventualmente sejam percebidas como inadequadas.

Os conflitos registrados de modo a figurarem na tipologia como “Mau comportamento nas aulas” são aqueles nos quais resultou inequívoco interpretar e consignar, diferentemente do que ocorre nos conflitos classificados como entre professores e estudantes, que, apesar da clara tentativa dos alunos, a autoridade professoral não foi quebrada. Quase sempre são atos deliberados de sabotagem das

aulas, não raro envolvendo barulho e/ou desrespeito à figura docente. Nestes casos, é o professor ou professora quem leva o mau comportamento ao conhecimento da direção da unidade escolar, que por sua vez, decide se a questão vai ou não para o registro (em inumeráveis vezes não vai). Dois entre os professores desta escola se destacaram no *Livro* em “ocorrências” assim tipificadas. E este é um dado relevante. A maioria dos educadores tenta resolver tais questões em sala de aula, sem levar o problema adiante, para instâncias administrativas superiores (diretoras da unidade escolar).

As agressões físicas, por sua vez, são aquelas atitudes agressivas entre alunos, classificadas por estudantes e educadores como sendo de “menor violência”, e que, na maioria das vezes, costumam geralmente ter encaminhamento sem que sejam registradas (embora, a rigor, em muitos casos, isso não quer dizer que não envolvam imposição de violências). As exceções, ou seja, as anotações, tendem a ocorrer na medida em que os responsáveis dos estudantes agredidos compareçam à escola para reclamar – apresentando níveis distintos de indignação e descontentamento.

Completando este rol de “ocorrências” mais recorrentes, cada uma aparecendo quatro vezes, como visto acima, temos, 1) as anotações de reclamações que foram levadas à escola por responsáveis de estudantes que ali compareceram (mas que não envolvem em sua origem processos de agressão física), 2) os pequenos atentados, e 3) os casos de depredação. Nestes três tipos, temos aí um esforço das administradoras da escola no sentido de produzir versões dos fatos das quais possam se responsabilizar sem maiores embaraços, caso acionadas posteriormente neste sentido, seja quando interpeladas pelas famílias dos estudantes, ou diante da possível futura necessidade de se justificarem com a administração pública por eventuais danos ao patrimônio da escola ou à integridade física das pessoas.

Chamo aqui de pequenos atentados, ou, na grade classificatória, “Atentados Escolares”, eventos bastante conhecidos nas culturas escolares onde este estudo se realizou, que consistem na detonação de bombas na escola (mais frequentemente nos banheiros) por estudantes. Quase nunca há algum protesto ou causa política como motivação, e se dão aparentemente em função do desejo juvenil de chocar os adultos e os pares que alguns adolescentes demonstram sentir. Contudo, pessoas podem se machucar gravemente com estes pequenos atos de rebeldia escolar. Foi assim que os

dois episódios relatados na introdução – o do estalinho e o do cabeção-de-nego – foram parar no livro. Causaram medo nas pessoas e apreensão na escola. Os outros dois casos assim classificados, não detalhados na introdução, foram outra detonação de *cabeção-de-nego* e o acionamento de um sinalizador (artefato colorido e inflamável cujo uso foi recentemente proibido pelas autoridades em lugares como estádios de futebol, por exemplo). Apesar de devidamente figurarem no *Livro*, não me lembro de o assunto ter sido discutido com mais vagar pela comunidade escolar. Contudo, quando eventos assim ocorrem, se configuram em imenso transtorno para as atividades educativas.

Segundo Juarez Dayrell, doutor em educação e um estudioso daquilo que ele próprio define como “*condição juvenil*” na contemporaneidade,

(...) As discussões, brigas e até mesmo atos de vandalismo e delinquência, presentes entre os jovens, não podem ser dissociados da violência mais geral e multifacetada que permeia a sociedade brasileira, expressão do descontentamento dos jovens diante de uma ordem social injusta, de uma descrença política e de um esgarçamento dos laços de solidariedade, entre outros fatores. Mas há, também, uma representação da imagem masculina associada à virilidade e à coragem, que é muito reforçada na cultura popular, constituindo-se um valor que é perseguido por muitos e que, aliado à competição, cumpre uma função na construção da sociabilidade juvenil. (DAYRELL: 2007, p. 1111)

De fato, a naturalização de diferentes situações de violência ou de ameaça à integridade física das pessoas dentro dos muros da escola é um problema que precisa ser enfrentado com seriedade, principalmente em face daquilo que se convencionou em alguma medida chamar, nos últimos anos no Brasil, de “chacinas”, “massacres”. Continuemos, pois, apresentando agora os tipos relativamente menos frequentes, dando continuidade a esta proposta de inventário do que foi documentado em livro de registros pela administração da unidade escolar entre 2014 e 2017.

Com três anotações, temos os seguintes tipos: “Conflitos Inspetores x Estudantes”; “Atrasos na chegada à aula”; “Estudante assistindo a aula em turma errada”. Com duas anotações, temos: “Conflitos oriundos de rivalidades femininas”; “Estudantes em surto (sofrimento mental)”; “Estudante surpreendido pixando a escola”; “Anotação de conversa com responsáveis que foram convocados pela escola”; “Bullying”; “Policiais trazendo estudantes que fumavam maconha no entorno da escola”; “Conflitos entre estudantes”; “Estudante portando navalha”; e “Trajes inadequados”.

E, finalmente, com apenas uma anotação, temos as ocorrências de: “Briga originada na internet”; “Conflito envolvendo questões administrativas da escola”; “Sumiço de pertences”; “Estudante que saiu da escola sem autorização”; “Professor perdeu os trabalhos escolares de uma turma inteira”; “Policial de serviço na escola agride estudante”; “Conflito com alunos no transporte”; “Toques incômodos e inadequados de professor em aluna”; “Estudante atuando como vendedor na escola” (conduta que havia sido proibida); “Uso de boné (conduta que havia sido proibida); “Beijo entre dois garotos no pátio”; “Estudantes surpreendidos fumando cigarro eletrônico dentro do banheiro”; e “Tentativa de estudante de fraudar avaliação escolar”.

Para uma melhor observação sistemática e comparação entre os conflitos, incluindo uma visualização mais acurada acerca da frequência respectiva a cada um dos tipos, convido o leitor a percorrer a tabela abaixo, com os respectivos tipos dispostos em ordem decrescente, do mais frequente para os menos frequentes, no referido período em análise.

Tabela 3 – 32 tipos de conflitos escolares registrados no Livro e a designação numérica de sua incidência

Tipo de conflito registrado.	Frequência do registro entre junho de 2014 e março de 2017
Conflito Professor x Estudante	14
Estudantes deliberadamente ausentes da aula	7
Mau comportamento nas aulas	6
Agressão física	5
Atentados Escolares	4
Depredações	4
Registro de conversa com responsáveis decorrente de ida espontânea dos mesmos à escola	4
Conflitos Inspetores x Estudantes	3
Atrasos na chegada à aula	3
Estudante assistindo a aula em turma errada	3
Conflitos oriundos de rivalidades femininas	2
Estudantes em surto (sofrimento mental)	2
Estudante surpreendido pixando a escola	2
Anotação de conversa com responsáveis que foram convocados pela escola	2
Bullying	2
Policiais apresentando estudantes flagrados fumando maconha no entorno da escola	2
Conflitos entre estudantes	2
Estudante portando navalha	2
Trajes inadequados	2
Briga originada na internet	1
Conflito envolvendo questões administrativas da escola	1

Tipo de conflito registrado.	Frequência do registro entre junho de 2014 e março de 2017
Sumiço de pertences	1
Estudante que saiu da escola sem autorização	1
Professor perdeu os trabalhos escolares de uma turma inteira	1
Policial de serviço na escola agride estudante	1
Conflito com alunos no transporte	1
Toques incômodos e inadequados de professor em aluna	1
Estudante atuando como vendedor na escola	1
Uso de boné	1
Beijo entre dois garotos no pátio	1
Estudantes surpreendidos fumando cigarro eletrônico dentro do banheiro	1
Tentativa de estudante de fraudar avaliação escolar	1

Na seção seguinte, sugiro que sigamos a análise, agora com base em alguns aspectos mais qualitativos que esta breve pesquisa permitiu identificar.

Administração Escolar e Conflitualidades

Em 09 de setembro de 2016, 17 estudantes foram advertidos, e a oficialidade da advertência se materializou no ato administrativo do registro no *Livro* pelo motivo de terem sido vistos dentro da escola usando boné. A assinatura de cada um está compondo o registro. Este tipo de chapéu que é o boné, em grande medida utilizado na composição do estilo de vestimenta entre uma parte muito grande dos estudantes daquela e de outras escolas, havia sido proibido pela direção escolar em seu interior, salas de aula, pátios, corredores. A regra não era nova. Dentro de sala de aula, acabava ficando a cargo de cada professor zelar ou não por sua aplicação, e a adesão dos docentes a este esforço era variável. E justamente por ser um traço identitário tão relevante para estes jovens, estes, sempre que podiam, burlavam a regra. Nos pátios e corredores, por sua vez, ficava a cargo dos inspetores cobrar o cumprimento da regra que proibia que os estudantes usassem bonés na escola. O esmero deste profissional de educação que é o inspetor escolar também varia na aplicação desta regra.

Como os inspetores estão, invariavelmente, sempre às voltas com a administração dos conflitos, nem sempre encontram oportunidade de tratar da questão do boné em uma escala de importâncias, escala esta baseada em representações e práticas associadas ao seu trabalho, de prioridades e urgências. No caso de escolas em que a direção entende como prioritário cobrar a regra que proíbe o uso deste acessório,

isso é um peso a mais no trabalho do inspetor, que já é um dos mais complexos e cerebrais dentro do ambiente escolar contemporâneo. Sendo assim, não é raro ver jovens com boné nas dependências da escola. São muito comuns cenas em que professores ou inspetores apontam a quebra da regra com palavras ou gestos, e geralmente o estudante retira prontamente o boné de sua cabeça, alguns mais, alguns menos resignados, mesmo que dentro de instantes, sistematicamente, burlem o regulamento novamente (conforme costuma acontecer).

Por tudo isso, a ocorrência, no espaço da escola, de estudantes ignorando o regramento segundo o qual o uso de boné é proibido, por si só, não costuma ser vista como um tema para entrar no *Livro*. Do contrário, certamente seria a “ocorrência” mais relatada ali. Portanto, o que teria feito com que fosse parar no livro naquela ocasião? Observando-se a forma como aquela anotação foi construída, talvez encontremos pistas para responder a esta pergunta. Ali, no registro da advertência, consta a informação de que a escola teria feito circular a notícia de que esta cobrança seria feita pelos inspetores. Ou seja, a inobservância da proibição deixaria de ser tolerada, como se estivesse esta instituição a fazer um esforço disciplinador em terreno marcado pela indisciplina. Como resultado desta disposição administrativa dos gestores escolares, 17 infrações foram anotadas, registradas, e os respectivos violadores das normas foram chamados para pôr suas assinaturas no registro do *Livro*. Em um único registro.

Como esta normativa provavelmente será ali esquecida, a despeito do esforço disciplinador, e não apenas por jovens que queiram simplesmente demonstrar inconformismo, é impossível administrar o problema por meio de tais registros. De um lado, o que temos é a anotação isolada e múltipla no livro. Isolada porque a única assim classificada (“Uso de boné”) no período em análise neste trabalho. Múltipla porque, sob a mesma data e anotação, não um, e sim 17 estudantes figuraram ali, com seus nomes completos e assinaturas, como violadores das normativas vigentes. Nos dias atuais, em maior ou menor medida, a proibição do uso deste acessório continua sendo comum em escolas, como esta onde esta pesquisa se deu. Mas aquele item do *Livro* aparece ali para registrar a tentativa da administração escolar de lembrar aos jovens que o hábito que tanto prezam está interditado naquele ambiente.

Neste caso do boné, o que se evidencia é a capacidade de a administração escolar, por meio de suas iniciativas e, principalmente, da forma pela qual as

implementam, produzem memória administrativa dos seus atos. Afirmo isso porque, em poucas semanas após aquela intervenção da gestão escolar, a forma como os jovens lidavam com o uso do boné – vista naquele momento como problemática – continuava a mesma de antes, inalterada. Contudo, uma vez lida como parte deste estudo dos registros escolares oficiais, oferece elementos para o entendimento da forma como os futuros cidadãos são socializados com as regras socialmente instituídas na escola pública.

Se nas ações esporádicas e reativas a problemas pontuais que assim se configuram (a exemplo da proibição do boné) a gestão escolar acaba produzindo registros no *Livro*, o que dizer de algumas de suas práticas rotineiras? O trabalho do inspetor, por exemplo, acaba sendo um dos que mais dá ensejo à produção de novas anotações e encaminhamentos. O tipo de conflito que foi o segundo mais recorrente no período em questão, como mostra a tabela acima, denominado “Estudantes deliberadamente ausentes da aula”, conta, conforme já notado aqui, com a participação marcante deste profissional para sua consolidação como uma das anotações mais recorrentes naquele contexto. Durante as aulas, é comum que alunos saiam e não voltem, ou que sequer entrem para assistir a aula. Alguns vão para a biblioteca, outros conseguem sair das dependências da escola, apesar das portas, grades e cadeados, outros ainda preferem flunar por pátios e corredores. Há ainda aqueles que, vez por outra, *matam* as aulas de sua turma para assistir as aulas de outras turmas, não raro para estar junto a seus círculos de amizade. No período em análise, o tipo de anotação correspondente a este comportamento – em separado do ato de simplesmente se ausentar da aula – foi anotado três vezes, sempre com a participação decisiva dos inspetores na descoberta e repressão à conduta.

Importante notar que, em todas as ocasiões nas quais a ausência de sala de aula, por si, gerou registro em livro, nunca o motivo foi exclusivamente o fato de não estarem em sala de aula, como deveriam. Sempre havia um desvio de comportamento, por assim dizer, em que um ou mais estudantes, além de estarem *matando aula*, se envolveram em atos que resultaram em desordem, do ponto de vista da administração escolar. Brigas, barulho, desrespeito à própria figura do inspetor (ou inspetora) funcionaram então como motivo para o estudante ser interpelado com perguntas tais como: “*Mas você não deveria estar em sala de aula neste momento?*”. Sempre que o aluno

não conseguia justificar a contento este questionamento, ficava vulnerável a sofrer sanções, e a principal é ter o nome anotado no *Livro* por estar deliberadamente ausente da atividade dentro de sala – o que provavelmente implicaria na chamada de seu responsável à escola, para conversarem com a direção ou o(a) inspetor(a). Em duas ocasiões dentro do período que compreende este estudo, o teor de tais conversas ou do entendimento entre as partes em conflito foi registrado no *Livro*, e aparecem na tabela sob a categoria de “Anotação de conversa com responsáveis que foram convocados pela escola”.

Em um dos casos, consignado no dia 13 de outubro de 2014, uma estudante foi vista pela inspetora deitada no chão, debaixo da escada que leva do primeiro a segundo pavimento da unidade escolar. Isso chamou a atenção da inspetora. Sua turma estava em aula naquele momento, com o professor em sala. Ao ser interpelada, alegou que estava sentindo cólicas muito fortes. Isso não foi motivo suficiente para que seu nome não fosse parar no livro, juntamente com a descrição de toda a cena verificada debaixo da escada, categorizada entre o segundo tipo de anotação mais frequentemente verificado: Estudantes deliberadamente ausentes da aula. Não há informação no Livro sobre se a escola ofereceu ou não medicamentos para aliviar as dores da estudante.

Ocorrências relativas ao entorno escolar e envolvendo outras instituições

Se no caso das questões internas da escola o registro em *Livro* daquilo que foge do habitual pode (e deve) ser feito, incidentes ocorridos no entorno da unidade escolar e envolvendo outras instituições (públicas ou privadas), por suposto, também ensejam novos registros. Foi assim que, no referido período, em duas ocasiões, o trabalho efetuado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro nos arredores da escola foi parar em seu interior, e gerou, cada qual, uma anotação. Em frente à escola, há uma ampla praça que, como não poderia deixar de ser, é bastante frequentada pelos estudantes. Mas não só por estes. Por ser um dos espaços públicos mais bem preservados da cidade, se configura como lugar de trânsito e área de lazer para pessoas e famílias, bem como para a ação de agentes tidos como criminosos.

Além da praça, esta unidade escolar tem, em sua vizinhança, um ponto com notória atividade de grupos dedicados ao tráfico de drogas postas na ilicitude, ou seja,

as chamadas “bocas de fumo”. Observa-se, portanto, na referida praça, a ocorrência de transações entre “os que querem a droga e os que a tem para vender” (BARBOSA: 1998, p. 31), também conhecidos como “avião” ou “bonde” (RANGEL: 2018, p. 66). Quando afirmo que observa-se, me refiro ao que ouvi de professores e outros profissionais da escola, e também a declaração de estudantes, e mesmo de outros conhecidos, que afirmaram ter comprado produtos ilícitos na praça, transacionando com estes empreendedores clandestinos. Ora, se isso é sabido pelas pessoas em geral, não é de se espantar que o será pelos membros das forças policiais que atuam na cidade.

Sendo assim, de maneira mais esporádica do que planejada, ocorrem incursões policiais na praça, visando formalmente coibir tais ilicitudes. Em determinados momentos, este pedaço da malha urbana acaba merecendo a atenção especial de algumas guarnições policiais. Foi este quadro de fundo que ensejou que PMs adentrassem os muros da escola conduzindo estudantes que haviam sido surpreendidos por eles fumando maconha na praça. Em 16 de novembro de 2015, um estudante foi apresentado nestas condições à diretora da escola. Poucos dias depois, foi a vez de um casal de estudantes, igualmente conduzidos por policiais da PM à administração escolar. Dois casos, em menos de uma semana. Não consta dos registros, em nenhum dos dois casos, se o flagrante aconteceu em horário de aula ou não.

Da mesma forma que os registros nos dizem tanto sobre as lógicas de funcionamento da escola, este par de itens na lista de registros muito parecidos, conectados pelo trabalho analítico, permite enxergar as lógicas de funcionamento de instituições externas à escola, como é o caso da Polícia Militar. Em um dado momento, motivados por interesses que não estão dados no material tomado para análise, ocupantes de instâncias decisórias da corporação entenderam que era preciso intensificar o patrulhamento naquela praça. E assim foi feito. Se teriam ou não conseguido abolir o tráfico de drogas daquele pedaço da face da Terra é algo que não podemos nos aventurar a responder com base no material disponível para análise. Contudo, sabemos ao certo que sua atuação gerou um conflito entre alguns jovens, suas famílias e a escola na qual estudam.

Como a Lei de Drogas brasileira³ define, continua sendo crime fazer uso de drogas postas na ilicitude. Contudo, pessoas inequivocamente enquadradas como “usuários” não passam pela possibilidade de serem apenas com a prisão⁴. Os policiais,

nas duas ocasiões, concluíram que aquelas pessoas, menores de idade, que declaravam ser estudantes da escola logo em frente, não eram traficantes, e sim usuários de maconha. Até poderiam leva-los para as medidas administrativas cabíveis, e fazer o registro do flagrante em Delegacia Policial como “uso de droga”. Seus responsáveis teriam que comparecer à delegacia. Não raro, os policiais representam como uma perda de tempo conduzir usuários de droga para a delegacia (GRILLO; POLICARPO; VERISSIMO: 2011). O procedimento é demorado, e ao fim, não raro, algumas horas depois, policiais e “usuários” saem juntos da delegacia. Neste caso, complexificando mais o quadro, se tratava de pessoas que nem sequer poderiam ser consideradas adultas e imputáveis segundo as leis brasileiras, isso por ainda não haverem completado 18 anos de idade.

As equipes de agentes policiais devem ter circulado sorrateiramente pela praça, mas flagraram apenas menores de idade fazendo uso de droga ilícita, sem encontrarem os traficantes. Estes sim, segundo a moralidade corrente nas forças policiais fluminenses, é que deveriam ser apresentados à delegacia, como demonstração e registro de seu trabalho (COSTA: 2018). E o que fazer com os adolescentes? Aparentemente, uma vez que claramente os policiais optaram por não conduzi-los para o registro formal, em sede policial, de uma ocorrência, por outro lado, também não quiseram simplesmente manda-los para casa. Para que os estudantes não ficassem sem sofrer quaisquer consequências daquilo que praticaram, os policiais, pedagogicamente, decidiram leva-los de volta à escola, e apresenta-los formalmente como jovens usuários de drogas ilícitas e flagrados em ação policial. Os casos foram para o Livro de Ocorrências da escola, e os responsáveis foram chamados.

Pode ser que os policiais tenham pensado que era justo que aquela questão deveria ser administrada pela escola, e não pela Polícia. Contudo, o assunto “drogas ilícitas”, em geral, é um tabu em unidades escolares. Tornar tabu um tema não significa, evidentemente, que se possa viver tranquilamente como se este tema não existisse. Em outras etnografias, temos demonstrações sobre o quanto as escolas públicas estão em geral despreparadas para gerir este tema de maneira apropriada, não conseguindo evitar as desinformações, os perigos, os abusos e os excessos (VERISSIMO: 2018; 2022).

Neste caso não foi diferente. Em um dos registros, alguém achou por bem fazer constar no livro a seguinte nota: “*A responsável foi orientada a fazer a transferência do aluno no próximo ano letivo*”. Estando no último mês do ano letivo, a gestão escolar ali declaradamente passou o problema adiante. Se não é um problema o que o estudante fez, não teria por que não renovar sua matrícula. Se, ao contrário, é um problema, o correto, do ponto de vista da gestão responsável dos recursos humanos pela administração escolar, seria mesmo indicar como única opção a porta de saída? Em que se basearia esta pedagogia?

Passemos agora para a análise de um registro que foi para o Livro em 07 de abril de 2016. Estudantes foram agredidos pelo condutor de um coletivo há 50 metros do portão da escola. Ocorre algumas vezes de a própria Secretaria Estadual de Educação demorar a emitir a documentação permanente que permite aos estudantes circular nos ônibus municipais e intermunicipais de maneira gratuita. Nestes casos, a escola emite um documento provisório para os estudantes mostrarem aos condutores dos coletivos, permitindo que acessem a gratuidade no ir e vir entre a casa e a sala de aula. Só que nem sempre este improvisado funciona, e às vezes os conflitos crescem em magnitude.

Segundo a narrativa contida nos registros, naquele início de tarde, “*o fato se deu quando o aluno foi tentar passar pela roleta com declaração escolar e o motorista não aceitou os argumentos*”. Segundo o relato, a discussão progrediu para a agressão física. Aparentemente em um típico dia de fúria, tal motorista teria chutado um estudante e uma estudante para que não passassem pela roleta, agarrou ainda o pescoço do estudante e estapeou na cara a estudante. Evidentemente, foi um escândalo.

O trânsito parou. Como rastilho de pólvora, a notícia chegou até a escola, e uma das diretoras foi literalmente correndo até o local, discutiu com o condutor enfurecido, e ficou ali tentando evitar que o mesmo evadisse do local. Telefonou para 190, o número da Polícia Militar. Uma hora depois os policiais ainda não haviam chegado ao local, mas sim o fiscal da empresa de ônibus, que pressionava para que a diretora desistisse de relatar o ocorrido às autoridades policiais e deixasse o ônibus seguir para sua rotina. A mesma diretora que estava no meio do conflito foi quem relatou detalhadamente esta confusão no Livro. Uma viatura da Guarda Municipal chegou ao local e, segundo a impressão da diretora, que depois faria constar o ocorrido no registro

na qualidade de relatora, os guardas atuaram no sentido de ajudar o motorista a sair dali impunemente, coisa que ela havia se esforçado todo aquele tempo para evitar.

Indignada, foi com os estudantes até a delegacia, munida de todas as informações (do motorista, do veículo, da empresa de transporte) que conseguira juntar para fazer o registro policial. Não aparecem, no livro, desdobramentos daquela tarde aparentemente insana – se os pais dos estudantes foram à escola indignados por seus filhos terem apanhado de um adulto, ou que encaminhamento a Polícia Civil teria dado àquele conflito a eles levado pela diretora, de uma maneira praticamente heroica. Podemos observar muitas lacunas nas anotações do *Livro*.

Considerações Finais

Alguns acontecimentos conflituosos que aparecem, porém sem grande destaque (em termos numéricos) nas anotações do *Livro* no referido período, não obstante, são indicativos de problemáticas que ganhariam ainda mais relevo para a administração escolar nos tempos subsequentes aos que delimitam nosso recorte temporal. Ao mesmo tempo, o principal conflito a merecer atenção da direção escolar para sua anotação no Livro entre 2014 e 2017 permanece relevante uma década depois. O trabalho realizado no âmbito do Laboratório Escolar de Pesquisa e Iniciação Científica (LEPIC) corrobora estas afirmações.

Consiste o LEPIC na proposta de levar a socialização acadêmica à escola pública por meio da produção de uma rotina de reuniões de pesquisa, das quais participam professores e estudantes da escola juntamente com professores e estudantes da Universidade Federal Fluminense (VERISSIMO *et alii.*: 2019; VEISSIMO; MOTTA; MAGALHÃES: 2024). A regularidade é aí fundamental. Os estudantes da escola que aderem a essa proposta concorrem a bolsas de Iniciação Científica Jr. e Pré Iniciação Científica, do CNPq e da FAPERJ, iniciando então uma trajetória como pesquisadores⁵.

São então estimulados a produzir conhecimento sobre os conflitos escolares a partir da observação metódica e orientada da ocorrência dos mesmos nos espaços por onde já circulam (pátios, salas de aula, no trajeto entre a casa e a escola etc.). O tema específico daquilo que vão estudar fica a critério de cada bolsista. São apoiados a construir seus respectivos problemas de pesquisa a partir de suas próprias inquietações, em um diálogo contínuo e regular entre pesquisadores iniciados e

iniciantes. Portanto, uma lista dos objetos de pesquisa dos bolsistas do LEPIC nos permite ter uma ideia dos tipos de conflitos mais frequentes e relevantes, do ponto de vista dos próprios estudantes.

Com base nisso, podemos afirmar com segurança que o principal problema de conflito escolar que aparece no *Livro*, neste que é um recorte de parte da década passada, aquele que opõe professores e estudantes, continua sendo relevante, estando longe de ser resolvido nas escolas brasileiras. É possível que venha se agravando (MAIA: 2019; VERISSIMO *et alii.*: 2023). Podemos afirmar isso também com base em uma pesquisa publicizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Nações Unidas (OCDE), conforme mostram Telma Vinha e Cesar Augusto Nunes, pesquisadores da área da educação, em trabalho publicado no ano de 2020. No artigo intitulado “*As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola*”, encontramos que:

(...) No Brasil, 12,5% dos gestores disseram que professores e funcionários sofrem agressões verbais ou intimidações de alunos, ao menos uma vez por semana. Essa porcentagem é mais alta que a dos demais países. A Estônia vem em segundo lugar, com 11%, seguida da Austrália, com 9,7%. A média entre os países foi de 3,4%. (VINHA; NUNES: 2020, p. 03)

As bases para o estudo da OCDE foram os relatos dos gestores escolares. Assim como ocorre nos registros dos conflitos contidos no *Livro*, podemos notar que conflitos desta natureza são problemas de bastante relevo para a administração escolar, especialmente no Brasil. Por outro lado, problemas como *bullying* e questões envolvendo a saúde mental dos membros da comunidade escolar, entre outros, que pouco aparecem na tabela de tipos quando comparados a outros problemas naquele recorte, certamente ganhariam maior relevância nos *Livros* mais contemporâneos, naquela e em outras unidades escolares.

O contexto pandêmico causado pela difusão planetária da COVID-19, que implicou em quase dois anos de aulas remotas e escolas fechadas, agravou ainda mais o problema. São inúmeros os relatos de estudantes que desistiram de estudar, e de professores e outros profissionais da educação que se afastaram do trabalho por licença médica, ou adiantaram a aposentadoria, em razão do sofrimento mental que tem sido conviver em muitos espaços escolares no Brasil contemporâneo.

Já na época dos registros aqui postos como material para análise, no dia 08 de agosto de 2016, uma estudante aparentemente em surto e portando uma faca ameaçava cortar a si própria. Os colegas apressaram-se a levar o caso à direção. Após o esforço mais espontâneo do que técnico para acalmar os ânimos, que aparentemente surtiu efeito naquele momento, o problema foi registrado no livro, em uma anotação que termina nos seguintes termos:

“A responsável da aluna foi imediatamente convocada por telefone e compareceu à escola, onde tomou ciência do fato ocorrido e se comprometeu em ajudar a filha, procurando auxílio médico ou espiritual”. (Anotação no Livro de Ocorrências, 08/08/16)

Questões tão complexas como essa envolvendo a saúde mental dos estudantes e outros atores da comunidade escolar, bem como suas consequências nas relações interpessoais e práticas educativas nestes espaços, são tão sérios que não podem ser tratados com amorismo ou relegados ao segundo plano, nem ao plano espiritual, como foi o caso. Tão pouco cabe apenas e unicamente às famílias dos estudantes se comprometerem com a busca de soluções. A escola, os professores, inspetores e gestores escolares precisam também estar institucionalmente envolvidos nos processos. Em que medida os conflitos mal administrados podem se configurar como fatores que desencadeiam sofrimento psíquico ou anti-pedagogias?

Os resultados desta pesquisa de caráter altamente ensaístico e artesanal apontam, em primeiro lugar, para o fato de que a consulta aos conteúdos do *Livro* pode sim ser um inventário, um ponto de partida, para futuros estudos dos conflitos que mais afligem, na contemporaneidade, as comunidades escolares nos contextos fluminense e brasileiro. Em que medida o quadro se assemelha ao contexto mais amplo, da América Latina? Sendo feito com base nas preocupações administrativas das diretoras da escola, refletem com alguma precisão as preocupações dos outros atores da comunidade escolar? Como outros estudos análogos, feitos com base nas anotações em outros contextos escolares, poderia aportar novos elementos para a construção de uma base amostral mais abrangente e comparativa? Podem-se utilizar os conteúdos do *Livro* para uma melhor administração escolar dos conflitos? Estas são apenas algumas perguntas que podemos nos fazer a partir da contribuição aqui proposta, considerando suas limitações.

Em segundo lugar, colocando os resultados aqui obtidos em comunicação com o pano de fundo teórico dos estudos dos conflitos no Brasil contemporâneo – em especial aquele produzido no âmbito do INCT-InEAC – temos que o caráter hierárquico e desigualador de nossa conformação social e das instituições (a exemplo da escola pública), em contraste com o universo de regras pretensamente igualitárias de nosso regramento jurídico, encontra nos mal-estares escolares formas exemplares de configuração. Ao naturalizar as desigualdades estruturantes nos ambientes escolares, que tipo de cidadãos as escolas do presente estariam contribuindo para criar para a cidadania brasileira num futuro próximo?

É a partir desta base sociológica que devemos pensar e analisar a atual crise na autoridade pedagógica dramaticamente vivenciada nos contextos escolares brasileiros e da América Latina. Os educadores, não raro, encontram-se pressionados a encontrar saídas para reinventar suas práticas diante de mudanças profundas na própria configuração social, pressão que, não raro, se constitui em ameaça à saúde mental dos envolvidos nos processos. Uma forma um tanto simplista de pensar o problema tende a superdimensionar o papel das redes sociais, e da popularização dos celulares, e do acesso à internet o tempo todo entre os estudantes, como causa genérica dos mal-estares. Ainda que isso seja verdade, procurei demonstrar aqui que a forma naturalizada por meio da qual os problemas são registrados e administrados não ajuda – quando não atrapalha – a invenção de novas pedagogias capazes de dar conta de desafios de tal monta.

Notas

- ¹ O paper que deu origem ao presente artigo foi apresentado no VIII Congresso Português de Antropologia, ocorrido na Universidade de Évora, em setembro de 2022. Agradeço a interlocução, naquela ocasião, com os colegas José Manuel Resende e Bruno Dionísio, da Universidade de Évora, e Boris Maia, da Universidade Federal Fluminense.
- ² Doutor em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, mestre em antropologia pelo mesmo programa. Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador associado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) e professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da UFF. Professor de filosofia e sociologia na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório Escolar de Pesquisa e Iniciação Científica (LEPIC) e do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da UFF (LABIAC), ambos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.
- ³ Lei 11.342, de 23 de agosto de 2006.
- ⁴ Por outro lado, para aqueles enquadrados como traficantes a pena restritiva de liberdade pode chegar a 15 anos

- ⁵ O trabalho desenvolvido no âmbito do LEPIC aparece retratado no minidocumentário produzido pela Agência de Inovação da UFF (AGIR), que pode ser acessado em: <https://youtu.be/JreVX5TjgQE?feature=shared>.

Referências

- BARBOSA, Antônio Rafael. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998.
- COSTA, Perla Alves Bento de Oliveira. Quando a gansóloga sou eu. Uma etnografia sobre as práticas dos policiais militares no Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2018
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões acerca da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.
- GRILLO, Carolina; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A Dura e o Desenrolo: efeitos práticos da Nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro. In: Revista de Sociologia e Política – dossiê Crime, Segurança e Instituições Estatais: problemas e perspectivas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social *in*: CHAMPAGNE, Patrick et alii. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MAIA, Boris. Vida de Escola: uma etnografia sobre autoridade e carisma na educação. Niterói: EDUFF, 2019.
- MIRANDA Ana Paula; CORRÊA, Roberta de Mello; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues. Intolerância religiosa ou genocídio do povo preto? In: KANT DE LIMA, Roberto; LOBO, Michel (orgs.). Fazendo [a] Sociedade: contribuições das Ciências Sociais em tempos inquietantes. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2022.
- RANGEL, Victor. Usos, usuários e hierarquias: uma análise sobre o consumo de cocaína em um bar da zona norte de Niterói. In: LABATE, Beatriz; POLICARPO, Frederico. Drogas: perspectivas em ciências humanas. Rio de Janeiro: Gamma; Terceiro Nome; NEIP, 2018.
- VERÍSSIMO, Marcos. O *mal aluno* é o futuro *traficante*? Apontamentos antropológicos sobre uma “profecia” nas escolas públicas fluminenses. Revista Teias (UERJ), Rio de Janeiro, v. 17, n 45, abril/junho 2016, p. 9-25.
- _____. As “drogas”, seus usos e abusos no ambiente escolar. *Sociedade – Revista do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas*. vol 1, nº 1, 2018, p. 77-98.
- _____. Batendo de frente na escola: uma abordagem antropológica sobre conflitos na escola pública fluminense. *Revista Perspectiva*, v. 37, n. 1, Florianópolis, jan./maio, 2019, p. 230-250.
- _____. Dos Tóxicos aos Psicitrópicos: uma abordagem antropológica sobre representações e consumos entre estudantes da rede pública fluminense. In: FILPO,

Klever (org.). *Direito e Conflitos em perspectiva empírica: recortes de uma trajetória de pesquisa na Graduação e na Pós-Graduação em Direito*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2021.

_____. *Juventude e Marginalização: notas etnográficas sobre o aprendizado de práticas políticas em contextos de naturalização de violências*. In: FREIRE, Letícia de Luna; CUNHA, Neiva Vieira da (orgs.). *Educação e Favela: Refletindo sobre antigos e novos desafios*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

VERISSIMO, Marcos; FERREIRA, Jonathan; NUNES, Letícia; RIBEIRO, Lucas; RAMALHO, Raquel. *A escola, seus dilemas e conflitos: práticas de pesquisa e produção do conhecimento no âmbito do Ensino Médio*. In: MAIA, Boris; FILPO, Klever; VERISSIMO, Marcos (Orgs.). *Administração de conflitos no espaço escolar: estudos interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

VERISSIMO, Marcos; RIBEIRO, Filipe; SOUZA, Karen; CUNHA, Victória; OLIVEIRA, Vitoria. *Notas sobre os processos de reprodução de antigas pedagogias desigualadoras no contexto da implementação do Novo Ensino Médio*. X Seminário Internacional do INCT-InEAC. Universidade Federal Fluminense: 2023.

VERISSIMO, Marcos; MOTTA, Yuri; MAGALHÃES, Alice. *Laboratório Escolar de Pesquisa e Iniciação Científica: uma reflexão sobre o aprendizado das práticas antropológicas no Ensino Médio*. In: ALENCAR, Breno; TARGINO, Gekbede; ARAÚJO, Marcelo (Orgs.). *Antropologia na Educação Básica (Volume 2)*. Belém: Editora IFPA, 2024 (no prelo).

VIANNA, Adriana. *Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais*. In: CASTILHO, Sérgio R.R.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla C. *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. pp.43-70.

VINHA, Telma P.; NUNES, Cesar Augusto A.. *As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola*. *Educação Unisinos*, v. 24. 2020.